

O Manguinho

NÚMERO 99 - 07 DE SETEMBRO DE 2023

INFORMATIVO SEMANAL DA COMUNIDADE DE PRÁTICAS INTERSETORIAL MANGUINHOS | SAÚDE, EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E CULTURA



Diversidade sexual e gênero



Laryssa é estudante do PEJA do CIEPJK que fica em Manguinhos. Seu sonho atual é terminar os estudos e ser advogada.

Segundo alguns estudos, [19 milhões de pessoas](#) se declaram assexuais, lésbicas, gays, bissexuais e transgênero no Brasil. Esse número, que por si só já é muito expressivo, pode ser ainda maior, se considerarmos que o preconceito e o medo impedem que muitos outros falem a verdade sobre a própria orientação sexual ou identidade de gênero. Dando continuidade à questão de gênero abordada em nosso último episódio, essa semana abordaremos a diversidade sexual.

Esse é um debate que também é importante para a saúde pública. Já que muitas pessoas deixam de procurar os serviços de saúde e educação com medo de sofrerem preconceitos e discriminação por conta de sua orientação sexual. Em 2022, segundo o Observatório de Mortes e Violências, [228 pessoas LGBTQIA+ foram assassinadas](#).

A garantia e o exercício pleno do direito à saúde e educação estão diretamente relacionados ao enfrentamento das mais diversas formas de vio-

lências direcionados a essas pessoas. Usamos a sigla LGBTQIA+ para nos referir às diferentes orientações sexuais e identidades de gênero.

LGBTQIA+

Para nos ajudar a compreender mais sobre esse assunto nós conversamos com o Gleydson Paiva, Assistente Social, mestrando em Saúde Coletiva pelo Instituto Fernandes Figueira da Fiocruz e coordenador do Ambulatório Municipal de Atenção Integral em Saúde LGBTQIA+ de Resende, no estado do Rio de Janeiro:

“É importante quando falamos sobre a população LGBTQIA+ que fique nítido que estamos tratando de duas categorias. A diversidade sexual e a diversidade de gênero. A diversidade sexual tem a ver com a forma com que você vai se relacionar. Seja numa relação afetiva, seja numa relação sexual. Diz respeito a com quem você se relaciona. Já a diversidade de gênero diz respeito a quem você é, e de que

forma você se expressa nesse mundo. Ou seja, identidades trans e travestis são inseridas como identidades dentro da diversidade de gênero. O que significa que uma pessoa trans pode ser também uma pessoa gay, uma pessoa lésbica, bissexual ou pansexual. Entender essa diferenciação é um grande e primeiro passo para a desconstrução de preconceito contra essa população. Ambas as categorias, tanto a diversidade sexual quanto a de gênero, elas se cruzam e são atravessadas por marcadores sociais, de raça, de cor, etnia, de classe social e de território. E tudo isso faz com que os sujeitos sejam mais ou menos expostos a vulnerabilidades e conseqüentemente a violações de direitos. Tudo isso está relacionado a uma luta histórica dos movimentos sociais que vieram e vem ao longo dos anos lutando para criar meios de garantir a sua sobrevivência. No entanto, é necessário que fique explícito que a luta é para conquistar o mínimo, como por exemplo, ter um nome, ter acesso a um banheiro, como eu disse, lutar pela sobrevivência.”

Meu sonho é ser advogada!

Laryssa Ponte de Souza, que tem 24 anos, moradora de Manguinhos e estudante do Programa de Jovens e Adultos do Ciep Juscelino Kubistchek foi uma outra pessoa que procuramos pra falar com O Manguinho. Ela é uma mulher trans e segundo nos contou está feliz com a sua transformação:

“Eu sou mulher trans e minha transformação tem sido super bacana. Super de boa.

Minha família aceitou, mas na favela, na comunidade, sempre tem homofobia e preconceito, é fácil acontecer. (...) Meu maior sonho hoje em dia é terminar os estudos, terminar a faculdade e se formar em advocacia.”

Para a Laryssa, algumas mulheres trans não vão pra escola porque sentem vergonha de serem chamadas pelo seu nome de nascimento masculino. No entanto, desde 2018, existe uma [resolução do Conselho Nacional de Educação](#) que diz que jovens acima de 18 anos podem solicitar o registro do nome social no ato da matrícula nas escolas.

Políticas públicas e direitos humanos

Ainda que retrocessos tenham se verificado nos últimos anos do Brasil em relação aos direitos humanos e ao reconhecimento de direitos da população LGBTQIA+, pode-se dizer também que avanços foram conquistados nas últimas décadas. A [Política Nacional de Saúde LGBT](#), instituída em 2011, representou um momento importante para as políticas públicas de saúde no Brasil ao reconhecer as demandas desta população em condição de vulnerabilidade. Para alguns especialistas em saúde pública, após 10 anos, o desafio ainda é colocar essa política em prática de forma efetiva. **Em Manguinhos, você conhece pessoas que por causa da sua orientação sexual ou identidade de gênero não teve garantido o seu direito de ser bem atendido nos serviços públicos de Educação, Saúde e Assistência Social?**

Este informativo é financiado com recursos públicos: FIOCRUZ e Emenda Parlamentar [Nº 202041600014](#)

Faz parte do projeto Desenvolvimento de Tecnologias Sociais para o Enfrentamento à Violência(s) em Territórios Vulnerabilizados

